

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Descomissionamento e ambiente	2
Título: Interdição na Vale faz preço do minério superar US\$ 105	4
Título: Mineradoras são alvo de crítica no mundo todo.....	6
Título: Parada não muda nossa meta, diz diretor	8
Título: Destaques	9
Título: Liminar permite retorno da obra do Campo de Azulão.....	10
Título: Gasmig está pronta para abrir capital	12
Título: BP cortará 10 mil empregos com impactos negativos da pandemia.....	13
Título: Petrobras reduz em 31% perdas com furto de combustíveis.....	14
Título: Chinesa Cofco ganha terreno no mercado de açúcar e etanol.....	16
Título: Triplica o lucro da Raízen Energia	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Petrobras reajusta gasolina em mais 10% nas refinarias; alta acumulada chega a 60%	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/06/2020****Seção: Opinião****Autor: Luiz Bezerra e G. Gomes****Título: Descomissionamento e ambiente**

No final do mês de abril, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou sua Resolução nº 817, a tão aguardada normatização dos procedimentos de descomissionamento de instalações de exploração e de produção de petróleo e gás natural. Quem acompanhou o assunto de perto, ao longo dos anos de discussão e dos sucessivos adiamentos das consultas públicas sobre seu teor, sabe da importância do novo regulamento, não apenas para a indústria de petróleo e gás em si, mas também para o próprio país, especialmente diante da perspectiva de bilhões em investimentos que a atividade pode gerar nos próximos anos - investimentos que, de certa forma, se encontravam represados, no aguardo da regulamentação.

O descomissionamento de ativos de exploração e produção é etapa inevitável na cadeia da indústria de petróleo e gás, mas, historicamente, o assunto não recebeu a atenção que merecia no Brasil. Com a chegada do fim da vida útil dos primeiros campos de produção de petróleo e gás existentes na plataforma continental brasileira, com curvas decrescentes de produção e fatores de recuperação que não mais enxergam possibilidade de melhoria, a indústria nacional e os agentes do Estado se viram obrigados a discutir, talvez de forma tardia, os aspectos regulatórios e ambientais envolvidos nas atividades de descomissionamento desses ativos.

Apesar dos esforços de para a regulamentação do descomissionamento, a Resolução 817 não é autossuficiente em relação ao ambiente. Normas específicas ainda terão de ser editadas para regular questões como a da possibilidade de criação de recifes artificiais

É bem verdade que, olhando para trás, pode-se enxergar algumas normas e dispositivos que já se debruçavam sobre o assunto, muito embora de forma limitada e genérica. É o caso da própria Lei 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo; da Resolução ANP 27/06, hoje revogada, que já abordava a desativação de instalações e a devolução de áreas na fase de produção; da Resolução ANP 41/15, que perpassa o descomissionamento e desativação de dutos e sistemas submarinos; e da Instrução Normativa Ibama 22/09, também já revogada, que tratava do licenciamento ambiental para instalação de recifes artificiais.

Considerando a limitação dessas normas e a necessidade de uma regulamentação abrangente e sistematizada para as atividades de descomissionamento, contemplando não apenas aspectos regulatórios, mas também ambientais e de segurança da navegação, ANP, Ibama e Marinha somaram esforços nesse sentido, do que resultou a nova Resolução ANP 817. Não se pretende aqui adentrar os detalhes do novo regulamento, que certamente ainda será objeto de estudos e críticas diante de sua importância para a indústria, mas tão somente trazer algumas breves reflexões a respeito de como os aspectos ambientais da atividade de descomissionamento foram abordados na resolução, e em que medida a norma é autossuficiente em relação ao tema.

Afinal, como se tratou de norma “escrita a seis mãos”, duas das quais pertencentes ao Ibama, gerou-se a expectativa de que a Resolução 817 regularia aspectos ambientais do descomissionamento de forma integrada e holística com os aspectos regulatórios e de segurança da navegação. Contudo, pelo menos em uma primeira leitura da versão final da resolução e, especialmente, diante de uma análise comparativa entre tal versão final e a minuta submetida à consulta pública, não parece que este seja realmente o caso.

A começar pela dinâmica do processo de consulta pública, durante o qual foram submetidas mais de cinco dezenas de comentários pelo próprio Ibama. Tal situação demonstrou que, muito embora estivessem desenvolvendo um elogiado trabalho conjunto para pensar a regulamentação do descomissionamento no Brasil, tal soma de esforços não necessariamente se traduziu em uma norma que de fato fora “escrita a seis mãos” e que se tornaria referência a respeito de todas as obrigações e condições relacionadas ao descomissionamento, inclusive ambientais.

Os comentários e sugestões submetidos pelo Ibama durante o processo de consulta pública também deixam isso claro. Um bom exemplo dessa situação é o comentário relacionado ao dispositivo que determinava a entrega do Relatório de Descomissionamento de Instalações (RDI) concomitantemente à ANP, ao órgão ambiental licenciador e, no caso de áreas marítimas, à Diretoria de Portos e Costas e à Capitania dos Portos da área de jurisdição envolvida.

Tal dispositivo pretendia definir desde já que o RDI seria o documento pertinente a ser entregue às autoridades competentes após a conclusão do descomissionamento, mas o trecho que mencionava Ibama e Marinha foi removido, após comentário do Ibama de que “não tem como a ANP determinar o que os outros órgãos vão receber”.

Outro exemplo pode ser verificado no Anexo III da norma, que prevê um roteiro para elaboração do Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI) Marítimas. Na minuta submetida à consulta pública, tal anexo estabelecia que o PDI deveria conter itens que contemplassem informações tais como Avaliação de Impactos Ambientais e Análise de Riscos Ambientais, mas que também foram excluídas após comentário do Ibama de que tais exigências não são de competência da ANP.

Por fim, outro exemplo a ser citado diz respeito à possibilidade de constituição de recifes artificiais. Nos dois momentos em que tal possibilidade era mencionada na minuta de resolução submetida à consulta pública, houve comentário por parte do Ibama no sentido de que tal análise não compete à ANP, o que também resultou na exclusão de tais itens.

Apesar dos reconhecidos esforços envidados por ANP, Ibama e Marinha na construção de uma nova regulamentação para o descomissionamento, parece claro que a Resolução 817 não é autossuficiente no que concerne aos aspectos ambientais da atividade. É de se esperar, principalmente diante dos comentários realizados pelo Ibama ao longo da consulta pública, que normativas ambientais específicas ainda terão de ser editadas para regular questões tais como o conteúdo de documentos a serem apresentados aos órgãos ambientais e a possibilidade de criação de recifes artificiais.

De todo modo, não se pode negar o importantíssimo passo dado com a publicação da Resolução 817 em direção à maior transparência e segurança jurídica nos tantos processos de descomissionamento que ainda estão por vir. A expectativa é que a nova norma verdadeiramente ponha em marcha o setor de descomissionamento no país, que, apesar de seu enorme e reconhecido potencial, encontrava-se em compasso de espera por uma regulamentação que garantisse clareza sobre os requisitos e obrigações relacionados à atividade.

Luiz Gustavo Bezerra e Gedham Gomes são, respectivamente, sócio e associado da prática de Ambiental do Tauil & Chequer Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Francisco Góes — De São Paulo e Rio

Título: Interdição na Vale faz preço do minério superar US\$ 105

Os preços do minério de ferro foram impulsionados ontem pela decisão da Vale de suspender as operações no complexo que reúne três minas no município de Itabira (MG), em cumprimento a uma determinação da Justiça. Como resultado,

as cotações alcançaram o nível mais alto em dez meses, no mercado transoceânico. Apesar da interrupção, relacionada ao registro de casos de covid-19, a mineradora manteve as projeções de produção em 2020, mas analistas avaliam que a empresa terá dificuldades de cumprir a meta.

De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, a tonelada do minério com teor de 62% de ferro avançou 4,9% no porto chinês de Qingdao, para US\$ 105,67, a maior cotação desde 5 de agosto. Com esse desempenho, a commodity passou a exibir ganho acumulado em junho de 3,2%. No ano, a valorização é de 14,7%.

Já há algumas semanas as cotações da matéria-prima siderúrgica encontram suporte na expectativa de que as atividades da companhia brasileira fossem afetadas pelo avanço da covid-19 - em outros países, a pressão sobre mineradoras de diferentes nacionalidades é crescente. No fim de semana, a Vale informou a suspensão das atividades em Itabira, cumprindo determinação do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3) em decorrência da confirmação de 19 casos de covid-19 em suas operações. Conforme a mineradora, a medida pode afetar a oferta de pelotas às siderúrgicas brasileiras.

A Vale já enfrentava problemas relacionados à pandemia em outra região de exploração, no Pará. O crescimento de casos de contaminação pelo novo coronavírus em Parauapebas alimentava o receio, no mercado internacional, de que a mineradora pudesse ser alvo de medidas de restrição. Depois de Itabira, analistas avaliam que é possível que a medida seja estendida a outras minas no país.

Para Leonardo Correa e Caio Greiner, do BTG Pactual, essa possibilidade existe, mas não está considerada no cenário-base do banco, que reiterou recomendação de compra para as ações da Vale.

Ao mesmo tempo em que há nova restrição na oferta de minério, a demanda internacional segue aquecida, com manutenção dos estoques nos principais portos chineses em níveis muito baixos. Na bolsa de mercadorias de Dalian, os contratos mais negociados de minério com vencimento em setembro chegaram a subir 7,7%, para encerrar a segunda-feira com ganho de 5,5%, a 783 yuans por tonelada.

O fechamento do complexo de Itabira levou analistas de bancos a prever que a companhia poderá reduzir mais uma vez a meta de produção de minério de ferro para 2020. A primeira revisão ocorreu no primeiro trimestre, quando a empresa anunciou que passaria a perseguir uma meta de produção entre 310 milhões e 330 milhões de toneladas, abaixo da previsão anterior, de 340 milhões a 355 milhões de toneladas.

A revisão para baixo dos volumes levou em conta diversos fatores, entre os quais os potenciais impactos da covid-19 sobre a produção da companhia. Também foi considerada nessa análise o risco de retorno à produção de minas que estão paradas desde a tragédia de Brumadinho, em janeiro de 2019, e o fato de a pandemia poder atrasar a retomada de algumas operações em Minas Gerais.

Em comunicado no sábado à noite, a mineradora informou que não há necessidade de revisão neste momento. E acrescentou que a meta revisada já considera um impacto negativo de 15 milhões de toneladas decorrentes do combate à covid-19. Conforme a Vale, o complexo de Itabira, formado pelas minas de Conceição, Cauê e Periquito, tem estimativa de produção mensal de 2,7 milhões de toneladas. Como a paralisação ocorreu no começo de junho, pode se considerar que, em sete meses, a Vale perderia algo como 19 milhões de toneladas de produção caso não seja possível reabrir o complexo até dezembro. Não parece, porém, ser essa a estimativa para o retorno do complexo, uma vez que a empresa considera que não precisa rever agora a meta de produção.

Por outro lado, a suspensão das operações em Itabira é positiva para os preços do minério a curto prazo, na avaliação dos analistas do BTG Pactual. “Com a recuperação em curso na China e o balanço [da Vale] pouco alavancado, estamos confiantes que a Vale deverá registrar um bom desempenho no curto prazo”, escreveram.

Para Daniel Sasson, analista do Itaú BBA, do ponto de vista dos resultados, a restrição de oferta não é algo necessariamente ruim. Pode acontecer que preços mais altos terminem por compensar volumes mais baixos de produção.

O banco trabalha com preço médio de US\$ 80 por tonelada para o minério em 2020 e até agora, no acumulado do ano, o preço médio da commodity situa-se em US\$ 89 por tonelada.

Apesar da alta recente, há consenso no mercado de que o preço de US\$ 100 por tonelada não parece ser sustentável até o fim do ano. O segundo semestre costuma ser marcado por volumes de produção mais fortes. Resta saber se a oferta sofrerá novas restrições pelos riscos associados à covid-19.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Mineradoras são alvo de crítica no mundo todo

Em todo o mundo, grandes mineradoras têm sido alvo de críticas associadas à propagação da pandemia nas regiões onde mantêm operações, uma vez que o status de atividade essencial garantiu a continuidade das atividades independentemente da explosão de casos de covid-19. Ao mesmo tempo, a morte de um mineiro no Chile e o avanço da doença em diferentes países parecem ter despertado as autoridades para a necessidade de maior rigor na aplicação de normas de saúde e segurança nas áreas de mineração.

Na semana passada, um grupo de 335 organizações sem fins lucrativos de ao menos 18 países, entre os quais o Brasil, emitiram um posicionamento global condenando as ações das mineradoras em geral frente à pandemia, e acusando o setor e governos de ignorarem os riscos do novo coronavírus, priorizando os lucros, e usarem a crise sanitária para enfraquecer regulações.

“A indústria de mineração é uma das mais poluentes, mortais e destrutivas do mundo. Até o momento, as respostas das mineradoras à pandemia de covid-19 receberam pouco escrutínio em comparação com outras indústrias que buscam lucrar com essa crise. Nós, as organizações abaixo-assinadas, condenamos e rejeitamos os meios pelos quais o setor de mineração e inúmeros governos estão se aproveitando para produzir novas oportunidades [de negócio]”, diz o documento produzido pelo consórcio internacional.

Em linhas gerais, as entidades afirmam, a partir da análise de informações veiculadas na mídia e de contatos com comunidades e trabalhadores, que as mineradoras estão usando todos os meios disponíveis para manter suas operações, incluindo o pedido de enquadramento como serviço essencial, transformando as minas em vetores de disseminação da covid-19. Do lado dos governos, segue o grupo, medidas extraordinárias, entre as quais o uso de força policial ou militar, têm sido adotadas contra aqueles que lutam pela saúde pública.

No Chile, maior exportador de cobre do mundo, a confirmação e morte de um funcionário da estatal Codelco em decorrência da doença, no fim de semana, levou o governo a endurecer a fiscalização para garantir a aplicação de medidas de segurança, segundo a imprensa internacional. A Federação dos Trabalhadores do Cobre lamentou a ocorrência e, em comunicado dirigido à Codelco, informou que não aceitará “que se sobreponha a produção e qualquer outro objetivo do negócio de mineração” à proteção da vida”.

Na Polônia, conforme agências internacionais de notícia, o governo anunciou ontem a suspensão das atividades em 12 minas de carvão operadas pelas empresas Polska Grupa Górnicza (PGG) e Jastrzebska Spółka Weglowa (JSW), durante três semanas, num esforço para controlar o avanço da covid-19. As entregas de carvão não devem ser afetadas pela parada temporária.

De acordo com a organização MiningWatch Canada, uma das signatárias do documento publicado na semana passada, pelo menos uma dezena de minas em todo o mundo, incluindo o complexo da Vale em Itabira, estão no centro de regiões com dezenas ou centenas de casos da covid-19. Uma mina na Polônia e outra na Rússia lideravam em número de infecções, com cerca de 1,5 mil casos e 870 casos, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes — Do Rio

Título: Parada não muda nossa meta, diz diretor

A decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de interditar as atividades no Complexo de Itabira, em Minas Gerais, não muda o foco da Vale de manter as metas de produção de minério de ferro já divulgadas para este ano e para 2022. A previsão da companhia é produzir entre 310 milhões e 330 milhões de toneladas de minério de ferro este ano e 400 milhões de toneladas em 2022.

“Não estamos só falando da meta deste ano”, afirmou o diretor-executivo de Ferrosos da Vale, Marcello Spinelli, ao **Valor**. “Estamos comprometidos com a meta desse ano e estamos comprometidos com a produção de 400 milhões de toneladas, que é a nossa capacidade, construindo ela para 2022”, acrescentou.

No comunicado que divulgou no sábado sobre a decisão do TRT da 3ª Região, a Vale havia dito que a meta de produção para este ano já considerava a possibilidade de um impacto negativo de 15 milhões de toneladas devido à covid-19. Em Itabira, a produção mensal esperada é de 2,7 milhões de toneladas. “Os 15 milhões seriam para amortecer eventuais problemas com covid e esse é um eventual problema com a covid”, afirmou Spinelli.

O diretor-executivo fez questão de ressaltar também que há um alinhamento de expectativas entre a companhia e o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, responsável pelo pedido que levou à interdição das operações nas minas

de Conceição, Cauê e Periquito, que compõem o Complexo de Itabira. Segundo ele, há “total convergência com o que o Ministério Público quer”.

“A Vale quer a melhor proteção, segurança e saúde para os seus empregados. E que o melhor aconteça para a nossa comunidade”, disse Spinelli.

O executivo destacou que não há um “surto” de covid-19 nas operações da mineradora em Itabira. Explicou que os dados utilizados para a decisão do TRT são consequência justamente do esforço de testagem realizado pela mineradora entre os seus funcionários. O tribunal reviu sentença contra o fechamento tomada uma semana antes, na primeira instância da Justiça do Trabalho.

Spinelli ponderou que, ao testar massivamente seu corpo de funcionários, a Vale acaba por deixar às claras o número de portadores assintomáticos de coronavírus, o que não acontece nas demais localidades. Ou seja, a companhia apenas deixa exposto os números, o que não significa que exista um contágio maior nas operações da empresa. O diretor destacou que, se fosse um país, o índice de testagem da mineradora seria de 742,5 mil testes por cada grupo de 1 milhão de pessoas.

Para efeitos comparativos, o país do mundo que mais testou proporcionalmente sua população foi Mônaco, com 413 mil testes por milhão de pessoas, seguido por Gibraltar, com 268,1 mil testes por milhão e Emirados Árabes, com 252,9 mil por milhão de pessoas. No Brasil, até ontem, essa relação era de 4.706 testes por milhão de pessoas.

“Há uma assimetria. A Vale está expondo o problema. Coloca na mesa os assintomáticos. Os sintomáticos nem vão trabalhar”, disse Spinelli, frisando que essa massificação de testes entre os funcionários “dá transparência e solução”. “A solução é monitorar”, garantiu o executivo.

Ele afirmou também que a empresa testa a todos os seus funcionários que entram nas operações a cada 21 dias. Spinelli disse que a empresa está ajudando as prefeituras das regiões em que opera a criar estratégias, com base nas informações obtidas com esse largo uso de testes. Em relação à Prefeitura de Itabira, haverá reunião essa semana com secretário de saúde para dar o apoio necessário a ações contra a doença.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Romi contra Eletrobras

A Indústrias Romi venceu um processo judicial movido contra a Eletrobras e receberá R\$ 41,3 milhões. O processo visava obter a diferença de correção monetária, no período de 1978 a 1993, em cálculos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica. Segundo a companhia, o valor terá efeito de R\$ 30 milhões no lucro líquido. A Romi informou, porém, que não fará estimativa de quando o valor será recebido, considerando os trâmites processuais que podem variar a depender da atuação da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Liminar permite retorno da obra do Campo de Azulão

A Eneva conseguiu uma liminar na Justiça para prosseguir com as obras de desenvolvimento do Campo de Azulão (AM). Retomados ontem, os trabalhos haviam sido suspensos por determinação do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que acatou parcialmente uma ação civil pública que pedia a paralisação devido ao elevado número de casos da covid-19 entre os trabalhadores do projeto.

Em sua decisão, a desembargadora Solange Maria Santiago Moraes entendeu que a obra da Eneva se enquadra como “atividade essencial” e deve ser mantida, desde que acompanhada das medidas de segurança necessárias à preservação da saúde e vida dos funcionários e dos habitantes das cidades vizinhas à obra. Sobre a situação sanitária, julgou que, pelas provas apresentadas, não há como atribuir exclusivamente à empresa a responsabilidade pela proliferação do coronavírus entre os empregados.

A decisão pela interrupção das atividades no Campo de Azulão havia sido tomada em 26 de maio. Ela atendia a um pleito apresentado em conjunto pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), Ministério Público do Estado (MPE-AM) e Ministério Público do Trabalho (MPT). Para os órgãos, houve uma expansão descontrolada do número de casos de coronavírus entre os trabalhadores do Campo de Azulão. A ação menciona que, dos 342 empregados no local, 204 apresentaram diagnóstico positivo para a covid-19.

A Eneva só foi formalmente notificada sobre a determinação na semana passada - na prática, o projeto ficou apenas três dias paralisado. Por isso, a companhia não prevê atrasos do empreendimento. “O impacto [da paralisação] é mínimo. Talvez o efeito que possamos ter é o da redução da força de trabalho, mas até o momento, não preocupa muito, qualquer eventual atraso é recuperável quando tivermos passado pelo pico da pandemia. Também já vínhamos um pouco adiantados no cronograma”, afirma o diretor operacional da companhia, Lino Cançado.

Dos cerca de 350 trabalhadores na obra, a Eneva conta hoje com 180 a 200 pessoas, considerando casos recuperados.

A liminar foi expedida no plantão do judiciário, e pode ainda ser cassada até o julgamento do mérito do caso. Porém, o executivo diz confiar que a decisão será mantida. De acordo com ele, a companhia vem trabalhando de forma proativa desde o início da pandemia, e até se antecipando a algumas medidas, como a testagem em massa dos trabalhadores. O local conta com um estoque de quase 3 mil kits de testes da covid-19, que estão sendo aplicados em 100% da força de trabalho, com repetição dos testes a cada 15 dias.

"Tudo o que nos foi solicitado [na decisão] a companhia já tinha feito com antecedência. Além disso, acreditamos que a importância do projeto para a geração de trabalho local, para o desenvolvimento da região e para as possibilidades futuras da Bacia do Amazonas, tudo isso deveria ser levado em consideração", diz Cançado.

Localizado entre os municípios de Silves e Itapiranga, o Campo do Azulão foi descoberto há 20 anos, mas não havia sido explorado até o momento. A Eneva adquiriu o campo da Petrobras em 2017, por US\$ 54,5 milhões, e criou o “projeto integrado Azulão-Jaguaririca”: o gás produzido, tratado e liquefeito em Azulão será transportado, via caminhões, para Boa Vista (RR), onde a companhia está construindo a usina termelétrica Jaguaririca II. O projeto termelétrico, de 117 megawatts (MW) de capacidade instalada, ganhou um leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para atender ao sistema isolado de Roraima. O investimento total estimado para a implantação de Azulão-Jaguaririca é de R\$ 1,8 bilhão e a entrega de energia está prevista para ocorrer em 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte****Título: Gasmig está pronta para abrir capital**

A Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) está se preparando para abrir seu capital e deve formalizar até agosto o procedimento de registro da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

“Nós vamos abrir o capital, isso já está decidido”, afirmou na tarde de ontem ao **Valor** o presidente da estatal mineira, Pedro Magalhães. A Gasmig pertence à Cemig, elétrica controlada pelo Estado de Minas Gerais. A Cemig detém 99,6% do capital societário da empresa e 0,4% é da prefeitura de Belo Horizonte.

O governo mineiro de Romeu Zema (Novo) tem levado à diante discussões internas sobre privatizações e já houve duas reuniões sobre o futuro da Gasmig.

Magalhães afirmou que até agosto - ou talvez já em julho - a companhia terá formalizado seu registro na CVM. Esse é o primeiro procedimento formal para que uma empresa abra seu capital. “Até agosto estamos com a empresa pronta na CVM”, disse o presidente da Gasmig.

A decisão sobre quando poderá ser feita uma oferta inicial de ações, um IPO (na sigla em inglês), não é assunto para agora. “Depende do ambiente, mas a gente tem que ir andando com o projeto, para deixar pronto”, acrescentou Magalhães.

A Gasmig registrou lucro líquido de R\$ 165 milhões em no ano passado. Entre janeiro e abril de 2020, a empresa alcançou ganho de R\$ 63,48 milhões, 28% a mais do que no mesmo período do ano passado. Uma das razões, disse Magalhães, foi uma redução de 10% no início do ano no preço cobrado pela Petrobras da estatal mineira pelo gás que ela adquire da estatal. O governador Romeu Zema foi eleito em 2018 com uma plataforma pró-privatização.

Há alguns dias, o Estado de Minas Gerais anunciou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iria ajudar a buscar empresas interessadas em preparar a estruturação da venda estatal de água e esgoto, a Copasa.

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) - sócia do maior empreendimento do mundo na produção e exportação de nióbio - é outra empresa da qual o governo planeja se desfazer.

O governo também pretende vender a Cemig, mas esse é um caso tratado como bem mais complexo e não para agora.

A Constituição de Minas estabelece limitações para a privatizações, mas uma mudança recente prevê a venda de 49% das empresas.

A venda integral das companhias - incluindo a Gasmig - precisaria de aprovação da Assembleia Legislativa e, pela legislação atual, precisa passar também por uma consulta popular.

Uma possibilidade discutida pela equipe de Zema - que não tem maioria estabelecida no Legislativo mineiro - é mudar a Constituição para extinguir a necessidade de um referendo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Anjli Raval — Financial Times

Título: BP cortará 10 mil empregos com impactos negativos da pandemia

Em razão do impacto da pandemia da covid-19 em suas contas, a petrolífera britânica BP vai cortar 10 mil empregos e acelerar a transição estratégica sob o comando do novo executivo-chefe, para tornar-se uma empresa “mais limpa”. A pandemia foi um grande golpe para a demanda de petróleo e para o lucro da BP, provocando danos financeiros generalizados em todo o setor e obrigando as empresas a reduzir investimentos, a aumentar o endividamento e a poupar mais.

“Estamos gastando muito, muito mais do que ganhamos”, escreveu Bernard Looney, que assumiu o comando da BP em fevereiro, em carta aos funcionários na segunda-feira. O congelamento nos cortes de emprego por três meses anunciado em março foi levantado. A BP pretende cortar quase 15% de seu quadro, de cerca de 70 mil funcionários, até o fim do ano.

“A maioria das pessoas afetadas estará em empregos administrativos. Estamos protegendo a linha de frente e, como sempre, priorizando operações seguras e confiáveis”, disse Looney. “Isso ajudará a fortalecer nossas contas”, acrescentou. “E ajudará a criar uma companhia mais enxuta, rápida e competitiva para a maioria que está ficando.”

Na carta, Looney disse que o custo anual de operação da empresa é de US\$ 22 bilhões - dos quais cerca de US\$ 8 bilhões estão alocados em “custos com pessoal”. A rival americana Chevron também planeja reduzir o quadro de funcionários em até 15%.

O mais novo anúncio se segue ao feito em maio sobre cortar pela metade o número de gerentes em altos cargos na BP, sendo que muitos desses que estão deixando a empresa assumiram cargos de liderança sob o comando de Bob Dudley, executivo-chefe anterior. “A BP está cortando camadas enormes de gerenciamento”, disse Jason Gammel, do banco de investimento Jefferies.

A ofensiva do grupo por novas estruturas operacionais e de liderança chega em meio aos esforços do grupo para zerar suas emissões líquidas de carbono até 2050. “Embora o cenário externo esteja nos obrigando a andar mais rápido - e talvez a ir mais fundo a esta altura do que pretendíamos originalmente -, o rumo da jornada continua o mesmo”, disse Looney, na carta. A empresa, porém, ainda continuará gerando a maior parte de seu caixa graças aos combustíveis fósseis no futuro próximo.

Em abril, Looney disse ao “Financial Times” que haveria “cortes de empregos mundialmente, mais para o fim do ano”, uma vez que o grupo tenta reduzir custos e reorganizar as operações, embora tivesse negado que a BP planejava demissões significativas em junho. A BP reduzirá os gastos em bens de capital neste ano em 25%, um corte de US\$ 3 bilhões. Para 2021, o plano é reduzir os custos operacionais também em US\$ 3 bilhões. “Provavelmente, teremos que ir ainda mais longe”, disse Looney na segunda-feira.

Além do enxugamento, a empresa também garantiu novas linhas de crédito e recorreu ao mercado de títulos de dívida para conseguir quase US\$ 7 bilhões. A BP manteve intacta a distribuição de dividendos, mas avisou que revisará a política a cada trimestre. Analistas têm dito que os atuais dividendos são insustentáveis, uma vez que os níveis de endividamento da BP estão entre os maiores do setor. Looney disse que a BP não dará reajustes salariais aos funcionários de alta hierarquia até março de 2021 e considerou improvável o pagamento de qualquer bonificação em dinheiro neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/06/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras reduz em 31% perdas com furto de combustíveis

Resultado é fruto do lançamento do Programa Integrado de Proteção de Dutos (Pró-Dutos), em junho de 2019

A Petrobras conseguiu reduzir em 31% as perdas de óleo bruto e derivados por furtos nos dutos da companhia em 2019, após lançar o Programa Integrado de

Proteção de Dutos (Pró-Dutos), em junho de 2019. A estatal informou ainda que vem mantendo a tendência de redução dos volumes perdidos ao longo de 2020. No primeiro semestre, houve uma redução de mais de 30% na média mensal de perdas em relação a 2019.

Ao todo, 7,4 milhões de litros deixaram de ser perdidos em razão dos crimes, no ano passado. O número de ocorrências de furtos tem se mantido elevado nos dutos da Transpetro, subsidiária da Petrobras que opera a infraestrutura, embora tenha havido uma queda de 22% entre 2018 e 2019 nos casos, de 261 para 203. Em 2020, o número acumulado até maio é de 101 ocorrências. O objetivo da estatal é reduzir em 75% a incidência desse crime até o fim de 2021 e eliminar as derivações clandestinas “num futuro breve”, por meio de ações integradas com Estados e governo federal.

A petroleira destacou que, para reduzir os casos, instalou mais de uma centena de sistemas de monitoramento ao longo da malha de dutos para aperfeiçoar a percepção e localização de furtos. Além disso, em abril, a companhia iniciou a operação de uma nova rota de transporte por dutos de gás liquefeito de petróleo (GLP), produto altamente inflamável que deixou de ser transportado por áreas densamente povoadas na Região Metropolitana de São Paulo para percorrer o trajeto pela periferia do núcleo urbano.

A realidade brasileira ainda está distante daquela vivenciada em países onde o furto de combustíveis é mais crítico, como Nigéria e México, mas preocupa pela escalada das ocorrências nos últimos anos, sobretudo desde 2017, e pelos riscos associados ao crime.

A técnica utilizada pelos criminosos, para o furto é o da trepanação - instalação de uma derivação clandestina na tubulação perfurada sem que haja a necessidade de fechar o abastecimento do produto e que envolve um alto risco de vazamento de produtos altamente inflamáveis. Em maio de 2019, por exemplo, morreu, em Duque de Caxias (RJ), Ana Cristina Pacheco Luciano, menina de nove anos de idade que teve 80% do corpo queimado ao cair em uma poça de gasolina depois de um vazamento oriundo de uma tentativa de roubo de combustível. Investigadores têm se dedicado a apurar até que ponto grupos milicianos da Baixada Fluminense estão envolvidos no furto em oleodutos na região.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/06/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Chinesa Cofco ganha terreno no mercado de açúcar e etanol**

Enquanto boa parte do segmento sucroalcooleiro pena há anos para atravessar sucessivas crises, a Cofco International, braço de commodities da gigante chinesa Cofco, executa um plano “silencioso” de crescimento no Brasil baseado em investimentos em produtividade e, em menor medida, no avanço sobre lavouras de concorrentes. E a estratégia da companhia, que conta com quatro usinas no país, agora também está sendo reforçada com projetos mais robustos e tentativas de aquisições de ativos.

No início de abril, quando a chegada da pandemia da covid-19 no Brasil trazia nuvens carregadas ao horizonte das usinas, a multinacional fez uma proposta para comprar duas usinas do Grupo Moreno (em recuperação judicial) no interior paulista - uma em Monte Aprazível e outra em Planalto -, embora a venda das unidades não esteja prevista no plano apresentado.

A aquisição, porém, não é encarada como um passo fundamental na estratégia de expansão. “Nosso foco é crescer organicamente primeiro”, afirmou ao **Valor** Marcelo de Andrade, diretor geral de “soft” commodities da Cofco International, que neste ano deverá faturar R\$ 30 bilhões no Brasil com produção e venda de commodities, incluindo grãos. A operação sucroalcooleira no país, também sob o comando do executivo, deverá responder por até R\$ 6 bilhões desse montante.

Andrade preferiu não comentar a oferta feita ao Grupo Moreno. Mas descartou qualquer compra fora da região de atuação da Cofco no Brasil e ressaltou que a via do crescimento por aquisições nem sempre é a melhor.

“Não adianta ter um monte de usina e um monte de capacidade ociosa, sem ganhar dinheiro. É melhor crescer devagar, mas com resultados positivos”. Para ele, uma usina só é rentável se tiver capacidade instalada para moer “pelo menos” 4 milhões de toneladas de cana por temporada.

Nesta safra (2020/21), que começou em abril, a companhia espera processar 17 milhões de toneladas de cana - se confirmado, o volume representará um salto de 2 milhões de toneladas em um ano e de 5 milhões em cinco safras. A próxima perna do plano da Cofco é chegar a 21 milhões de toneladas até 2024, o que a fará disputar um lugar entre os cinco maiores grupos sucroalcooleiros do país.

O aumento da moagem observado até agora foi possível com a combinação dos investimentos agrícolas aos industriais, que estão oscilando entre R\$ 600 milhões e R\$ 1 bilhão por safra. A maior parte dos recursos é direcionada às lavouras, onde se concentra em alavancar a produtividade com manejo, tratores culturais e novas tecnologias - além das melhorias industriais. O investimento nas lavouras e em bens de capital deve ser mantido, mas estes devem agora priorizar projetos maiores, incluindo os que envolvem concentradores de vinhaça.

A média de produtividade dos canaviais que fornecem matéria-prima às quatro usinas do grupo está em 99 toneladas por hectare nesta safra - um rendimento pouco comum no segmento, já que a média nas usinas do Centro-Sul gira em torno de 75. Há oito anos, a produtividade média da Cofco era de 70 toneladas por hectare. “Fizemos o básico bem feito, com olho de dono”, disse.

Uma parte menor da oferta adicional de cana veio da expansão de áreas, tanto com novos plantios em terrenos próprios como com a conquista de fornecedores, que deixaram de entregar matéria-prima a usinas com dificuldades financeiras na região de atuação da Cofco.

O fortalecimento da estatal chinesa na produção sucroalcooleira no Brasil teve início como uma estratégia de garantir oferta segura de açúcar a seu país de origem. Mas a companhia também vê potencial de longo prazo para o etanol, sobretudo após algumas “lições” da crise. “A pandemia nos mostrou que a poluição nas grandes cidades caiu muito, e a culpa é da gasolina. As pessoas começaram a entender que usar combustíveis limpos vai dar uma contribuição maior. Isso pode abrir mais mercado ao etanol”, afirmou Andrade.

Nesta safra, porém, com a redução do consumo global de combustíveis por causa da pandemia, a Cofco maximizou sua produção açucareira. Com 70% da cana processada voltada ao açúcar, a produção desta safra deverá crescer 50%, para 1,5 milhão de toneladas. Para escoar esse volume e o de outras usinas das quais compra açúcar, a Cofco direcionou seu terminal no Porto de Santos para operar apenas com a commodity.

Mas mesmo esse bom momento do mercado de açúcar para o Brasil pode estar chegando ao fim. “O Brasil está produzindo 10 milhões de toneladas a mais e a Índia voltará a produzir 33 milhões. Vai ter muito açúcar no mundo de novo. O preço deve continuar baixo”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/06/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Triplica o lucro da Raízen Energia****Resultado alcançou R\$ 284 milhões no quarto trimestre da safra 2019/20**

A Raízen Energia, braço sucroalcooleiro da joint venture entre Cosan e Shell, reportou lucro líquido atribuído aos acionistas de R\$ 284 milhões no quarto trimestre da safra 2019/20, encerrado em março, mais que o triplo do registrado no mesmo período da temporada anterior. Parte dos resultados da companhia já haviam sido divulgados na publicação do balanço da Cosan na semana passada.

Com mais vendas de açúcar e etanol e preços melhores, a receita operacional líquida ajustada da empresa cresceu 26,1% na comparação, para R\$ 9 bilhões. Embora o aumento das operações de revenda e trading ter elevado os custos operacionais no trimestre, a companhia garantiu margens mais confortáveis. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado do trimestre ficou em R\$ 757,7 milhões, crescimento de mais de três vezes.

Já o resultado líquido de toda a safra, atribuído aos acionistas, sofreu redução de 62,4% ante a temporada anterior, para R\$ 175,8 milhões, por causa do aumento de despesas financeiras e efeitos contábeis. No lado operacional, porém, a companhia fechou a safra com Ebitda ajustado 49,8% maior, de R\$ 4,4 bilhões, e receita ajustada de R\$ 30,7 bilhões.

Para esta safra 2020/21, a companhia havia fixado, no encerramento do último trimestre, o preço de exportação de 2,256 milhões de toneladas de açúcar a um preço médio equivalente a 60,3 centavos de real por libra-peso. E, para a próxima temporada, havia fixado o valor da exportação de 1,123 milhão de toneladas por 64,3 centavos de real por libra-peso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 09/06/2020****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona - Rio de Janeiro****Título: Petrobras reajusta gasolina em mais 10% nas refinarias; alta acumulada chega a 60%**

A Petrobras elevará em 10% o preço da gasolina em suas refinarias a partir desta terça (9). Será o quinto aumento consecutivo desde o início de maio,

quando as cotações do petróleo começaram a se recuperar. O diesel, que subiu duas vezes no mês passado, não terá alterações.

Após o reajuste, o valor de venda da gasolina pelas refinarias da estatal passará, em média R\$ 1,44 por litro. Desde que a sequência atual de aumentos foi iniciada, o preço do combustível vendido pela Petrobras acumula alta de 60%. Ainda assim, o valor atual ainda é menor do que o vigente no início do ano. O repasse às bombas depende das políticas comerciais

ciais de distribuidores e revendedores. Segundo a Petrobras, o preço da gasolina nas refinarias, equivale a 25% do valor de venda do produto nas bombas. A fatia restante é composta por impostos e custos de margens de lucro de distribuidoras e postos.

Segundo a ANP a sequência de aumentos em maio já começa a chegar ao consumidor. Na semana passada, o litro da gasolina, foi vendida pelos postos, em média, a R\$ 3,895, aumento de 1,5% em relação à semana anterior.

Foi a primeira alta no preço cobrado pelos postos em 19 semanas, mostram os dados da ANP. No fim de janeiro, quando a curva de queda foi iniciada, o litro do combustível era vendido, em média no país, a R\$ 4,594. O diesel também subiu nas bombas na semana passada, para R\$ 3,045 por litro, 1,2% a mais do que na semana anterior.

A sequência de cortes promovida pela Petrobras em meados do primeiro trimestre ajudou a derrubar a inflação, que fechou abril em -0,31%, menor valor desde agosto de 1998. Os reajustes de maio e junho seguem a recuperação das cotações do petróleo, que subiram, em reais, 53% entre 30 de abril e sexta (5), impulsionadas pelo relaxamento de restrições ao deslocamento em países que controlaram a curva de Covid-19.

A política de preços da Petrobras considera as cotações internacionais do petróleo, a taxa de câmbio, custos para a importação dos produtos e margem de lucro.

MME / ASCOM .